

# Rosemberg revela que o FMI pediu mais cortes e Governo não aceitou

BRASÍLIA — Após admitir ontem que o Fundo Monetário Internacional (FMI) pediu que o Governo brasileiro se esforçasse para realizar um corte adicional de Cr\$ 16 trilhões a Cr\$ 20 trilhões no déficit público deste ano, o Assessor econômico da Presidência da República, Luis Paulo Rosemberg, disse que "não dá para cumprir" essa exigência. Segundo afirmou, com um corte de mais Cr\$ 16 trilhões o Governo não poderia garantir o cumprimento da meta de crescimento econômico de cinco por cento para 1985, estabelecida pelo Presidente José Sarney.

Luis Paulo Rosemberg revelou que a missão técnica brasileira levou ao FMI um programa em que o déficit operacional que não inclui as correções cambial e monetária das dívidas do setor público estava orçado em Cr\$ 55 trilhões. Com os cortes determinados pelo Governo, este déficit ficaria em Cr\$ 3 trilhões. O Fundo indicou ao país que a proposta era insuficiente, sendo necessário que o Governo conseguisse um superávit operacional equivalente a 1,2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Como a previsão do PIB para 1985 está estimada em US\$ 300 bilhões, esse superávit seria de Cr\$ 3,6 bilhões.

O Assessor econômico do Presidente Sarney, não quis adiantar qual o montante de esforço adicional que o Brasil teria condições de realizar sem comprometer o crescimento dimensionado. Em sua opinião

não, seria fazer o jogo do Fundo se o Governo tratasse a discussão desses números como um "mercado de peixes". Rosemberg adiantou apenas que as estimativas de receita que estão sendo realizadas poderão resultar em um ganho adicional de Cr\$ 2 trilhões a Cr\$ 6 trilhões

Rosemberg afirmou que está sendo preparado um programa de ajuste econômico para os próximos 12 ou 18 meses, que precisa ter um rigor na estimativa dos números envolvidos, demandando mais tempo para cálculos. Segundo disse, isso resultará numa negociação mais prolongada com o Fundo Monetário Internacional. Porém, ele acredita que isso não trará problemas para o país pois o FMI compreende o que está acontecendo. Em relação às metas para 1986, Rosemberg informou que a missão técnica não levou números fechados, apenas algumas expectativas a respeito do que o Governo acredita ser o desempenho da economia no próximo ano. O Assessor econômico da Presidência afirmou que já está havendo um empenho do Governo em analisar as contas de 1986, neste momento, em que já é possível ter os parâmetros do orçamento brasileiro para o próximo ano. Ele revelou que o FMI quer que em 1986 as contas públicas apresentem um superávit bem superior a 1,2 por cento do PIB, que está sendo pedido para 1985, sem contudo indicar qual seria esse percentual.